

O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: OS DISCURSOS SOBRE TRABALHO NOS INSTITUTOS FEDERAIS, NO PNLD E NOS LIVROS APROVADOS DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

Valquíria Areal Carrizo

Orientadora: Del Carmen Daher

Doutoranda

RESUMO: Os editais do Programa Nacional do Livro Didático –PNLD vieram para atender a demanda das escolas públicas por livros. Com cifras bilionárias, os materiais são avaliados, aprovados, escolhidos por professores do Ensino Básico e enviados para as instituições em que as redes aderiram ao Programa. Mesmo com características distintas, especificidades dos cursos técnicos integrados, os Institutos Federais também podem receber esses livros. Considerando o trabalho como um princípio educativo no artigo 35 da LDB 9394/96, Inciso II: “A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade as novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento anteriores”; esta pesquisa tem como objetivo identificar de que forma os conceitos e legislações sobre trabalho contidos nos editais do PNLD de 2012-2015-2018 vêm sendo praticados nos livros didáticos de LEM aprovados. Para tanto, análises foram iniciadas para que se pudesse construir um estudo comparativo dos três editais, verificando e contrastando as ideias e os períodos de construção dos documentos, pretendendo seguir os pressupostos teóricos e as discussões da Análise do Discurso, Trabalho como Princípio Educativo e Ergologia, para poder analisar discursivamente os editais e os livros didáticos. A investigação está em estágio inicial, em uma busca por entendimento de como o processo de construção dos livros é pensado, articulado e construído e com tudo isso,

poder evidenciar a necessidade de discussão sobre materiais, com discursos sobre trabalho, para os cursos integrados dos Institutos Federais.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; PNL D; Línguas Estrangeiras; Institutos Federais.

Introdução

Cada vez mais, os temas escola, ensino e educação são debatidos, para o mal ou para o bem, o que não deixa de ser favorável para a destruição, desconstrução e construção de novas ideias. Para um educador, falar de escola é simplesmente fundamental, visto que é onde ele atua, ou seja, realiza a sua prática docente, no sentido de intervir e contribuir, na promoção de reflexões. Quando se trata de um professor que é um servidor público, a sua missão-função é ainda mais abrangente.

Por assim dizer, esta pesquisa será sobre trabalho no nosso ambiente de trabalho, também como destaca Giorgi (2012, p.12) visando a afetação do coletivo, no universo no qual podemos intervir, porque fazemos parte. A escolha por uma pesquisa relacionada ao ensino, trabalho, livro didático e Línguas Estrangeiras justifica-se por estar intimamente ligada à sala de aula, universo ímpar e que faz parte de nossa realidade como educador.

Quando um educador fala de escola e também é um pesquisador que faz pesquisa em seu próprio ambiente de trabalho, ele não consegue ficar ausente, neutro e asséptico na objetividade na produção de conhecimento, não obstante ele trabalha na desarticulação de práticas para conhecer e transformar, como discute Giorgi (2012).

Rocha e Deusdará (2005) destacam que o duplo sentido de aproximações e afastamentos acompanham o objeto de estudo da Análise do Discurso e por esse viés as análises serão construídas, porque para se construir um outro olhar é preciso chegar bem perto -em relação a uma “certa” tradição- em suas análises para só então redimensionar.

A discussão está intimamente ligada com perguntas de pesquisa, primeiramente problematizando o trabalho como princípio educativo, baseado em uma perspectiva discursiva, na tentativa de dialogar com os discursos dos Institutos Federais, os cursos integrados, os editais do PNL D e os livros de Línguas Estrangeiras Modernas.

A metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica de legislações federais, documentos institucionais e livros didáticos de Línguas Estrangeiras – Espanhol e Inglês, além de referencial teórico na área de Análise do Discurso, Ergologia e sobre

Trabalho. Ao ler os textos, novos desdobramentos ocorrerão na expansão da rede de sentidos.

Os Institutos Federais e os cursos integrados

A criação dos Institutos Federais foi normatizada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, “Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação”. Em seu artigo 2º é destacada a natureza pluricurricular e multicampi deles, que são de educação superior, profissional e básica, “especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”. (BRASIL, 2008)

A Lei 11.892, em seu artigo 2º § 2º, destaca que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia -Institutos Federais- exercerão o papel de acreditadores e certificadores de competências profissionais, trazendo com isso mais uma questão para a pesquisa -a profissionalização- que está intimamente ligada às relações de trabalho.

O Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais foi criado mediante a integração da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba, como pode ser confirmado no capítulo II, seção I, artigo 5º da Lei 11.892. Hoje, o IF SUDESTE MG já agrega uma Reitoria em Juiz de Fora, o *campus* Juiz de Fora, o de Manhuaçu, de Muriaé, de Rio Pomba, de Santos Dumont, de São João del-Rei, *campus* avançado de Bom Sucesso e dois campi em fase estruturante que são os de Cataguases e Ubá, atendendo a comunidade escolar dessas comunidades. Sem mencionar o ensino à distância que engloba outras cidades polo e o PRONATEC.

O Instituto Federal – *Campus* Muriaé – no regime presencial, oferece vagas em cursos superiores, Bacharelado e Tecnólogo, Administração e Design de Moda respectivamente, também em cursos concomitantes ou subsequentes – técnicos de nível médio- Eletromecânica, Meio Ambiente e Secretariado, em cursos Integrados – Ensino Médio e Técnico- Agroecologia, Eletrotécnica, Informática e PROEJA- Orientação

Comunitária; em parceria com a Prefeitura de Muriaé, há o PROEJA-FIC em Secretariado, de nível Fundamental.

Na Lei 11.892, artigos 6º, 7º e 8º, pode-se encontrar as finalidades, características e objetivos dos Institutos Federais, em uma Análise de Conteúdo pode-se destacar que em quase todos os seus incisos e parágrafos a palavra- profissional- está presente, o que se evidencia ainda mais, o caráter profissionalizante, do trabalho das instituições.

Os Institutos Federais e formação integrada estão intimamente ligados, termos que se engendraram como novas ideias e realidades; segundo Ciavatta (2005, p. 83), “O termo formação integrada participa de um e de outro movimento da sociedade através daqueles que têm o poder de gerar novos fatos ou de gerar novos discursos”. Segundo o Decreto nº 5.154/2004, a discussão fica em torno da palavra –integrada- que traz a discussão do que é uma formação integrada. (BRASIL, 2004)

É o caso de remeter a palavra integrada à articulação do ensino médio à educação profissional técnica, também de nível médio, na completude, “a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional” conforme Ciavatta (2005, p.84), “de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos”.

Vale a pena dizer aqui que os Institutos Federais têm a missão principal de atender aos alunos egressos do Ensino Fundamental, seja do ensino regular ou da educação de jovens e adultos. O que se pode inferir do artigo 7º e inciso I é que a educação –imediatamente- pós ensino fundamental é a meta principal dos Institutos Federais, no artigo 8º há a ratificação do objetivo maior dos IFs: “No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do artigo 7º desta Lei (...)”. (BRASIL, 2008)

Em se tratando do Instituto Federal- *Campus* Muriaé, esse percentual de 50% para os cursos integrados –ainda- não foi alcançado, são 130 oportunidades para os concluintes de ensino fundamental e 216 vagas para os outros cursos, isso sem contar os cursos à distância da Instituição. No entanto no artigo 8, § 1º da Lei em questão, verifica-se que há um conceito de aluno-equivalente regulamentado pelo Ministério da

Educação e que o cumprimento do percentual de cinquenta por cento deverá ter esse conceito como base. As contas e os resultados mudam um pouco, mas ainda se pode afirmar, nesse contexto, que o IF Muriaé - não atende ao objetivo prioritário de vagas para os cursos integrados. (BRASIL, 2008)

O que se percebe é que muitos IFs estão crescendo e muitos deles estão verticalizando os seus cursos com Bacharelado e Tecnólogos, o que está previsto no § 2 do artigo 8º, caso em suas regiões haja demandas sociais pela formação em nível superior, porém, muitos IFs estão se esquecendo do seu objetivo principal, que consta na lei; é importante deixar claro que para o ajuste desse nível superior nos IFs, a verticalização, tem que ter haver a anuência do Conselho Superior do IF e do Ministério da Educação, já que isto está na Lei. (BRASIL, 2008)

Assim como declarou Giorgi (2012) em sua tese, que foi relacionada ao CEFET, que a sua instituição “sequer podia ser chamada de escola”, pela diversidade de seus cursos, do ensino médio até a Pós *stricto sensu*; no IF-Muriaé algo parecido também acontece, ainda nos falta identidade por aqui, mais por ser “escola”, na crença de muitos, algo minimalista, se comparado com outras denominações megalômanas como: Instituição, Instituto e Faculdade. A falta de identidade ainda está sendo conquistada.

Em meio a discussões vêm a questão sobre o ensino integrado nos IFs, sobre o que realmente eles são. Respondendo com base na prática, do nosso campo de atuação IF-Muriaé, sabe-se que é o ensino médio sendo executado concomitantemente ao ensino técnico-profissional, porém as disciplinas, na maioria das vezes, não se encontram – não se articulam- não havendo uma discussão integradora dos componentes curriculares.

Nesse sentido, os autores Frigotto, Ciavatta e Ramos, organizadores do livro intitulado Ensino Médio Integrado: concepção e contradições (2005), têm contribuições e pesquisas que serão agregadas à nossa discussão. O próprio nome do livro já traz algo a se pensar – concepção- no singular, única, parece-nos ser essa a ideia, mas as contradições vêm no sentido de várias. Já no texto do Frigotto (2005), a palavra – concepções- conjuntamente com mudanças relacionam-se com o trabalho e o ensino médio.

Uma nova política educacional foi a criação do ensino médio integrado, porém, Frigotto (2005, p. 74) destaca que é necessário que o mesmo atenda à uma expectativa

social mais ampla. O ponto central é avançar na afirmação de uma educação não dualista, ou seja, uma educação básica unitária e politécnica, na articulação de conhecimento, cultura, tecnologia e trabalho; conforme Frigotto (2005, p. 74), tudo articulado é condição da cidadania e direito de todos, para a efetivação da democracia. É uma relação mediada com o mercado de trabalho, no cumprimento de “justiça social e de acompanhamento das transformações técnico-científicas do mundo do trabalho”; é importante sublinhar que o ensino médio tecnológico ou politécnico pode atender a essa perspectiva de formação humana.

Em face dessa realidade, tem-se o ensino médio que é a fase final da educação básica que se integra à formação profissional, porém é necessário que haja materialidade de condições, segundo Frigotto (2015), com bibliotecas, laboratórios, material didático, tempo de estudo, formação, salário dos professores e condições de trabalho, caso contrário a educação profissional não passará de um engodo.

Trabalho como princípio educativo

Não se pode negar que, ao longo da história, o ensino técnico traz consigo a ideia de trabalho. Mas se pensarmos bem, essa ideia permeia todos os seres humanos. Segundo Frigotto (2005, p.58), “os seres humanos criam e recriam, pela ação consciente do trabalho, a sua própria existência”, ou seja, o -trabalho- está no centro da ação, permeando todo o ser trabalhador e constitui, por assim dizer, a sua especificidade. Sob esta concepção, o trabalho só desaparecerá, caso os seres humanos não existam mais.

O trabalho, segundo Frigotto (2005, p.60), “se constitui em direito e dever e engendra um princípio formativo ou educativo”. O ser humano é um ser da natureza e conscientemente precisa estabelecer com o meio ambiente um metabolismo, para que ele consiga produzir e reproduzir, configurando com isso o trabalho como um direito; ao mesmo tempo, o trabalho é um dever, porque todos devem colaborar na produção de bens simbólicos, materiais e culturais que são imprescindíveis à produção da vida dos seres humanos.

Segundo Frigotto (2005), os avanços da sociedade capitalista são questionáveis, principalmente no que diz respeito ao ser humano e sua relação com o trabalho, porque cria a divisão entre os homens, aqueles detentores, privilegiados,

detentores da propriedade privada de capital e aqueles que precisam vender o seu trabalho, a sua força, em troca de salário, para viver e manter os seus filhos. A grande massa trabalhadora apenas tem a sua força de trabalho para vender, mas é mal remunerada, pois a remuneração só representa parte do seu trabalho, devendo ser maior o seu preço, o que não é pago – é omitido do trabalhador- vai para o bolso do capitalista, sendo a mais-valia, o ganho do empregador.

Há uma ideologia, de justiça, representação construída, como destaca Frigotto (2005, p.63), nas relações da sociedade capitalista, objetivando o apagamento de processos de transformação históricos das relações de classe, criando-se a -falsa- ideia de que “o trabalhador ganha o que é justo pela sua produção, pois parte do pressuposto de que os capitalistas (detentores de capital) e os trabalhadores que vendem sua força de trabalho, o fazem numa situação de igualdade e por livre escolha”. A hegemonia da classe detentora do capital foi construída a partir da superação de outras, utilizando-se do contrato de trabalho na legalização, na dissimulação da relação desigual.

Com a educação não ocorre diferente, ela vem, com o passar dos tempos, dando suporte a essa dissimulação contra o trabalhador, conforme Frigotto (2005, p.63), “mediante as noções de capital humano, sociedade do conhecimento e pedagogia das competências para a empregabilidade”. É como se os explorados, espoliados e alienados, historicamente e socialmente, fossem os culpados por sua exploração pelos grupos detentores do capital. Em um contexto de cem pobres para cada rico no mundo, se formos até benevolentes com esses dados, chega-se à conclusão que o capital destrói as relações e os direitos da classe trabalhadora, assim como o meio ambiente.

Segundo Foucault (2007), a ideia de trabalhadores – proletariado- veio com a burguesia que criou até procedimentos para separação de plebe proletarizada e plebe não proletarizada e os meios eram prisão, colonização e exército, uma ideia de exclusão latente, era como se fosse uma sub-humanidade, um percurso histórico que ajuda a manchar o pensamento sobre trabalho.

Nos dias de hoje, o trabalho e a falta dele estão sendo abalados, para o mal, pela técnica e pela ciência, o que deveria ser o contrário, já que ao ocupar o homem por menos tempo realizando tarefas deveriam produzir qualidade de vida, porém o que acontece é a precarização do trabalho e o desemprego. Nesse cenário, as atividades de lazer, fruição e escolha passam a ser objetos de luxo e para poucos.

Mais máquinas, mais mecanização, menos trabalhadores, mais trabalhadores sobrando, ampliando a necessidade de criação de medidas emergenciais de auxílio à sobrevivência, de filantropia e de caridade. Frigotto (2005, p. 71) destaca a instauração de políticas focadas em “inserção social precária”, nesse sentido, “políticas mais comuns dos países periféricos apoiadas pelos organismos que são os guardiões dos grupos econômicos dos países centrais.” A partir de 1980, o Brasil tem feito políticas de formação profissional, com o intuito de diminuir ou excluir o desemprego pela profissionalização.

A formação profissional, pelo viés da educação, e a sua relação com o trabalho, sofre embates desde o seu início; de “educação como prática social mediadora do processo de produção, processo político, ideológico e cultural” a mediadora das “novas formas do capital globalizado e de produção flexível”, conforme Frigotto (2005, p. 73), formando trabalhadores polivalentes, cidadãos produtivos, mas treinados, adaptados e a pior das qualificações, “adestrados”, ideia essa muito relacionada aos animais, não pensantes.

Segundo Fischer e os preceitos de Foucault, a grande pergunta é: de que modo –como- o ser humano se transforma em sujeito? Sujeito do discurso e subjetividade, com objetivos específicos não relacionados com a alma e sim consigo mesmo, em um jogo de verdade, havendo também a dinâmica de intensidades do saber e poder. Melhor dizendo, na ordem do discurso, o sujeito ocupa um determinado lugar e fala a partir dele, mas não é livre, senhor de seu destino, em busca de unidade, ele tem tendência à completude. Há a tensão entre o eu e o outro em uma relação ampla. (FISCHER, 1999)

As ideias de poder e saber vêm a todo momento, o poder pulverizado é destaque porque é uma forma de submissão de subjetividade: “Se somos sempre assujeitados, lutemos por formas de sujeição que não nos submetam tão radicalmente naquilo que mais nos é caro – nossa individualidade” (FISCHER, 1999, P. 44); hoje em dia, os seres humanos são cada vez mais pesquisados com a pseudo ideia benevolente - de melhor atendimento, mas a grande verdade é outra, a perversão dos poderosos, de quem exerce o poder sobre aqueles em que o poder é exercido – cingindo-lhes a subjetividade, podendo haver – nesse processo- reações, repostas e efeitos.

Voltando ao contexto escolar, no eixo central do ensino médio integrado dos IFs, constitui-se a relação entre conhecimento científico, cultura e trabalho, um direito

subjetivo e que por isso está vinculado a todas as situações de vida dos estudantes, em suas dimensões sociais e naturais. A relação com o mundo do trabalho é imediata e não pode ser confundida “com o imediatismo do mercado do trabalho e nem com o vínculo imediato com o trabalho produtivo”, como afirma Frigotto (2005, p. 76).

No Brasil, o desafio é atuar na transformação do ensino médio integrado, pois a grande maioria dos jovens que conclui o ensino médio o fazem no noturno e em cursos supletivos, estudando precariamente. Frigotto (2005, p. 77) reafirma que “Há uma travessia complexa e contraditória a fazer”, sendo imprescindível agir sobre a realidade e tentar mudar na estrutura, criando mudanças fundamentais e radicais na educação e não menos importante, superar as desigualdades sociais e culturais.

A maioria dos jovens precisa encontrar meios de subsistência e para isso necessitam encontrar emprego ou atuar em alguma área de trabalho, para tanto é necessário que eles tenham acesso a uma educação básica de qualidade, que os posicionem em setores técnicos ou tecnológicos. Segundo Frigotto (2005, p.78), é um verdadeiro desafio mudar a organização escolar conjuntamente com os educadores, porque “Se os educadores não constroem, eles mesmos, a concepção e a prática educativa e de visão política das relações sociais aqui assinaladas, qualquer proposta perde sua viabilidade”.

Frigotto (2005) elucidou em seu texto, que o governo Lula (2003-2011), teve como base a construção de um projeto societário, contra a desigualdade, de base popular e que para muitos era uma utopia, ou seja, construir uma sociedade socialista em uma sociedade regida por capital. Vale destacar que os Institutos Federais vieram seguindo esse ideário de educação de qualidade, de professores com dedicação exclusiva, nova metodologia em ensinar e como consequência disso vieram os ótimos resultados dos estudantes dessas instituições, em suas carreiras e em prosseguimento dos estudos.

E nesse caminho, houve a competição por vagas nos IFs por alunos das escolas particulares e por alunos das escolas estaduais e municipais, a concorrência não foi igualitária; nesse processo as cotas foram criadas: por cor, renda, escola pública, filhos de pais agricultores; porém o que se teve foi a divisão por grupos, ou seja, cinquenta por cento das vagas para ampla concorrência e a outra metade ficou dividida por vários grupos.

A grande verdade é que o sistema de cotas dos IFs, mais especificamente do IF Muriaé, ficou uma incógnita para os alunos do 9º ano, porque eles têm tantas opções que podem acabar errando ou escolhendo o grupo errado. Talvez a ideia fosse dividir em menos grupos ou até mesmo que fosse um grupo só e que esses alunos cotistas fossem ranqueados uma única vez, o que teríamos seria um grupo com singularidades, mas que também fossem avaliados por seu desempenho nas avaliações. Um exemplo de confusão teríamos: um candidato negro, que estudou em escola pública e que tenha a renda familiar de 1,5 salário mínimo por pessoa e que seja filho de pais agricultores, a dúvida ficaria em que grupo se inscrever. É quase um jogo de sorte! O que se pode comprovar é que alguns alunos tiveram bom desempenho na avaliação, mas pelo grupo que escolheram não entraram porque escolheram o grupo errado.

Em relação ao ensino médio integrado dos IFs, pode-se dizer que com o governo Temer ainda não se sabe que rumo terá, já que a Reforma do ensino médio está em andamento, em situação de uma organização nova e, quem sabe, de justaposição, uma ideia do novo governo, tem-se o Mediotec, que tem como lema: “cursos técnicos gratuitos em EAD”. O murmurinho que se tem pelos corredores dos IFs é que irão sucatear os IFs para que eles percam o prestígio que alcançaram com os outros dois últimos governos, apagando de uma vez com essa propaganda do PT de melhoria na educação.

Em 2005, Frigotto destacou em seu texto que: “Não podia ser mais claro o diagnóstico do impasse em que nos encontramos atualmente no Brasil”; e fazendo das palavras dele as nossas, mesmo depois de doze anos, a grande verdade é que os IFs estão no limbo, sem pai e sem mãe, somente com força de vontade de muitos educadores que querem continuar fazendo a diferença com o conhecimento, educação e cultura, em busca da igualdade social.

Segundo Ciavatta (2005, p.84), seguindo as ideias de Gramsci (1981), o que se busca é dar foco ao trabalho como princípio educativo, na superação da dicotomia do trabalho, entre o manual e o intelectual, de um acrescentar ao outro, no sentido de “incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.”, diferentemente do que exige a sociedade capitalista. A ideia de integração vem para superar, historicamente dizendo, como reafirma Ciavatta, o trabalho do ser humano dividido entre o pensar e o executar.

Estas propostas relacionadas ao trabalho como princípio educativo atuam com a dimensão ontocriativa ou ontológica, segundo Frigotto (2005, p. 59), já que “circunscrevem o trabalho humano na esfera da necessidade e de liberdade, sendo ambas inseparáveis”; a ontologia do ser social e as atividades ontológicas, apresentam a urgência das massas por uma nova ordem social, Ciavatta (2005, p. 102) reitera que: “A educação é uma instituição necessária para incorporar a população a todo tipo de transformação social, efetiva, que se pretenda”. Assim, trabalho e educação, juntos, serão a chave para a transformação do ser humano.

PNLD e livros de Línguas Estrangeiras aprovados

A compreensão da importância do PNLD – Programa Nacional do Livro Didático- vem de encontro com a pesquisa sobre trabalho como princípio educativo, já que serão analisados os editais de 2012-2015-2018, assim como os livros de Línguas Estrangeiras Espanhol e Inglês com foco nos discursos sobre trabalho. Desse modo, a escolha se deve ao fato dos três editais serem para o Ensino Médio. A análise dos editais do PNLD ainda está em estágio inicial, mas já pode ser vista a organização da pesquisa, os caminhos que serão tomados durante o seu percurso; sabe-se que há perguntas de pesquisa para serem respondidas, mas também há respostas de perguntas que não foram feitas para serem encontradas, em caminho inverso. (BRASIL, 2017)

Iniciando a análise dos PNLDs de Ensino Médio, tem-se em 2012, que as obras didáticas serão destinadas aos alunos do ensino médio – bem geral, já em 2015, os livros foram destinados aos alunos e *professores do ensino médio da rede pública*, incluindo o professorado e delimitando para o ensino público; porém em 2018, o termo aos alunos deslizou e foi para “aos estudantes” e professores do ensino médio da rede pública. Em 2012 e 2015, temos obras didáticas e em 2018, somente “obras”.

Em 2012, a Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) foram os últimos componentes curriculares citados do edital, sendo que em 2015 e 2018, eles vieram antes de Sociologia, Filosofia e Artes. Não se sabe como isso faz a diferença, mas entende-se que houve uma valorização das duas línguas, que antes eram relegadas ao último plano. Também, vale a pena apontar que Inglês vem antes de Espanhol, na apresentação de todos os Três editais.

As obras didáticas de Línguas Estrangeiras serão organizadas obrigatoriamente por “série e em coleção”, assim está em 2012 e 2015, contudo em 2018, “por ano e em coleção”, também um deslizamento da palavra série para ano.

Entre as categorias reutilizáveis e consumíveis para as obras didáticas, tem-se em 2012, que Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol), Sociologia e Filosofia poderão ter ou não lacunas ou espaços para a realização das atividades, em 2015, trouxe a ideia de livros consumíveis e também tivemos um desmembramento “Língua Estrangeira Moderna Inglês e Língua Estrangeira Moderna Espanhol, além de Sociologia e Filosofia ,acrescentando-se “Arte” podendo ter ou não lacunas e espaços para a realização das atividades. Encontramos nos livros que analisaremos, Enlaces e High Up, em suas capas finais: “Livro consumível”, como deveriam ser, porém o que aconteceu no IF-Muriaé foi exatamente o contrário, os livros eram emprestados para os alunos para poderem ser reutilizados nos outros anos.

Em 2018, o edital trouxe “obras didáticas” e não mais “coleções” e acrescentou-se Inglês e Espanhol ao grupo de livros reutilizáveis, já a partir de 2017, a questão já era essa, deixando a ideia de consumível somente para Sociologia, Filosofia e Arte, talvez pelo fato de serem apresentados em “volume único”, os alunos passarem o ensino médio todo com eles.

Em relação ao número de páginas por livro, em 2012, não há menção, já, em 2015, são 288 páginas para o livro do “aluno”, 400 com o manual do professor, o mesmo aconteceu com História, Geografia, Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol). Em 2018, os livros de Língua Estrangeira Moderna Inglês e Língua Estrangeira Moderna Espanhol se diferenciaram no número de páginas, o livro do “estudante” contava com 224 páginas e com o manual 324, menor número de páginas que os outros livros.

É importante destacar que os editais do PNLD saem três anos antes dos livros chegarem às escolas, ou seja, a partir de 2013, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, faziam parte das discussões das construções dos novos editais, nesse caso o de 2015 e 2018.

Dando um salto para “Princípios e critérios para a avaliação de obras destinadas ao Ensino Médio” dos editais 2012-2015-2018, encontramos o início do discurso sobre trabalho. Na Introdução, do edital de 2012, os discursos sobre trabalho

apresentam-se primeiramente pela palavra- “empregabilidade” que se remete à atividade laboral “Os jovens egressos do ensino fundamental têm na escola e na educação formal, proporcionada por essa instituição, a expectativa de melhores condições de vida, o que significa empregabilidade e, por conseguinte, ascensão social (BRASIL, 2017, p. 18).

Em seguida, o edital 2012, traz ainda o artigo 35 da LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), incisos de I a IV, entretanto os editais de 2015 e 2018, já iniciam os seus textos pelo artigo da citada lei, encontramos discursos sobre trabalho nos incisos II e IV:

II- a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento,
(...)
IV- a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.
(BRASIL, 2017, p. 18/ 37/ 30).

Mais adiante, no Anexo 3, na página 22 do edital de 2012, há os “Princípios e critérios para a área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias” e não são encontrados outros discursos sobre trabalho – específicos para a área; nos “Critérios eliminatórios específicos para o componente curricular Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol)”, a discussão sobre trabalho também não aparece, assim como no Manual do Professor. Acredita-se que seja porque a questão sobre trabalho já havia sido contemplada anteriormente.

Uma de nossas tarefas é tentar analisar as regularidades e as rupturas, por esse motivo, No edital de 2015, do PNLD, na página 43, nos “Critérios específicos das áreas”, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, que compreende-se Língua Portuguesa, L.E.M, Arte e Educação Física, o último componente ainda não está inserido em nenhum edital. Aqui, encontram-se as ideias de ensino por -competências e habilidades-, mas não são encontrados discursos sobre trabalho, o mesmo acontece nas páginas 46 e 48 em “Princípios e Objetivos Gerais para a disciplina Língua Estrangeira Moderna no Ensino Médio” e no Manual do Professor, assim como em 2012. Já na página 48, em “Critérios eliminatórios específicos para o componente curricular Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) pode-se encontrar um novo discurso sobre trabalho, como princípio educativo, até então não empregado, sendo ele comum para todos componentes curriculares:

Vincula o trabalho intelectual às atividades práticas ou experimentais, no que concerne à apropriação de conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e advindos da experiência, intermediados pela língua estrangeira; (...)
Promove atividades que se fundamentam no entendimento do trabalho como princípio educativo e da pesquisa como princípio pedagógico para nortear o papel da língua estrangeira no ensino médio (BRASIL, 2017, p. 48).

No edital de 2018, o Anexo 3 é organizado de maneira distinta dos outros dois, de 2012 e 2015, o texto já começa com os “Critérios eliminatórios específicos das áreas”, sendo que agora a área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias passou a ser denominada somente “Linguagens”, mas continua abarcando os mesmos componentes curriculares, seguindo as ideias da discussão da Base Nacional Curricular e os pressupostos das Diretrizes Curriculares Nacionais, por conseguinte há a exclusão de - competências e habilidades- e não apresenta mais discursos sobre trabalho nesta seção e também em “Princípios e Objetivos gerais para o componente curricular Língua Estrangeira Moderna no ensino médio”, assim como no Manual do Professor, que diferiu do de 2015 pela troca do termo “disciplina” por “componente curricular”.

Em “Critérios eliminatórios específicos para o componente Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol)” a discussão sobre trabalho é quase a mesma de 2015, diferindo na inclusão dos termos “*aprendizagem da*”: “Vincula o trabalho (...) intermediados pela *aprendizagem da* língua estrangeira; (...)” (BRASIL, 2017, p. 39). O estudo comparativo dos três editais foi realizado até o texto do Manual do Professor de LEM Inglês e LEM Espanhol, propondo a retomada da análise em outro texto.

Antes de passarmos para os livros didáticos, é muito importante destacar os gastos com o PNLD, com dados principalmente de seu próprio site institucional. As obras adquiridas pelo FNDE por meio do PNLD e do PNBE chegam a 96% da rede pública de ensino, com investimentos que superam R\$ 1 bilhão em 2016. (BRASIL, 2017)

A produção de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), representou, em 2009, 88% do movimento do mercado editorial brasileiro nesse setor. (...) No mesmo período, o mercado privado adquiriu 15 milhões de exemplares. Em números,

de R\$59,9 milhões a 1,48 bilhões e o preço médio por livro de E.M. – R\$7,80 e E.F. R\$5,45.

Em uma tentativa de entendimento da relação dos editais do PNLD com os livros aprovados, abre-se o caminho para os livros didáticos, a título de exemplificação serão utilizados os livros de LEM Inglês e LEM Espanhol do 1º ano do ensino médio, High Up 1 (DIAS; JUCÁ; FARIA, 2013) e Enlaces 1 (OSMAN; ELIAS; REIS; ISQUIERDO; VALVERDE, 2013). No caso de Inglês, em análise tem-se as páginas de duas seções, 42, 80 e 81, que apresentam o “trabalho”, *Spot Your Talent* e *Fact Files*, com questões sobre trabalho Nurse e DJ, de Enfermagem e de DJ, assim como Volunteer work, trabalho voluntário; já em Espanhol, as páginas 36, 40 e 93, seções *Como te decía...* e *Nos... Otros*, com atividades de: O que fazer antes e durante uma entrevista de trabalho? – Ficha de solicitação de emprego; Dramatização sobre entrevista de trabalho e trabalho de arte com reciclagem.

Em uma análise superficial, utilizando o critério cronológico de linearidade e fazendo a busca pelo livro 1 de LEM, considera-se que os livros “cumpriram tabela” em relação ao cumprimentos das regras do edital de 2015, logo em seus primeiros livros; porém o que se quer analisar é algo além e como diz Frigotto (2005) sobre trabalho - um direito e um dever e constrói um princípio formativo ou educativo. Os livros trazem mais uma exposição que uma discussão, mesmo quando se trata do trabalho voluntário em Inglês e o trabalho com a reciclagem e a arte em Espanhol, a produção de conhecimento e significado para os alunos ficam superficiais. A ideia de direito e de dever do trabalho fica sem fundamento, há pouco debate e pouca atenção a singularidade do contexto.

Para ajudar na análise, o artigo de Fischer (2001) apresenta e discute conceitos da Análise do Discurso, com base no referencial foucaultiano, explicitando as “coisas ditas” e suas diferentes e complexas formas de investigação, assim como as intrínsecas relações de discurso e de poder, com o objetivo de contribuição para as pesquisas educacionais, por meio de um referencial teórico e metodológico produtivo.

Para Foucault, segundo Fischer, nos discursos há relações “vivas”, “procurando explorar ao máximo os materiais, na medida em que eles são uma produção histórica, política”. Não sendo necessário interpretar o que está “por trás”, porque a linguagem é constitutiva de práticas e palavras são construções (FISCHER, 2001, p. 199).

Na continuidade da pesquisa, tem-se o pensamento de trazer Bakhtin (2000) para a discussão com a questão da linguagem que está diretamente ligada à ação sobre o outro, e nesse dialogismo é que o caminho irá prosseguir, já que cada enunciado é mais um elo na grande e complexa cadeia de enunciados, também aprofundaremos um pouco com Maingueneau (2005), no sentido de enunciação e de semântica global, Lacoste (1998) e Schwartz (1997) na ergologia e teremos Rocha, Daher e Sant' Anna com a concepção ampliada de trabalho, em contraposição com a visão taylorista, entre os que planejam -o trabalho- e os que executam.

Considerações

Chegamos, não às considerações finais, mas sim a um desafio, que por meio de uma revisão bibliográfica e análises ainda iniciais, porém dedicadas, levam-nos a querer ir além de conhecer e aprender sobre trabalho; a questão é ser parte constitutiva dele, em seu princípio educativo e, nessa experiência do pensamento dar novo sentido ao ensino, à formação de docentes e discentes e ao próprio trabalho, em sua dimensão ontológica ou ontocriativa.

Em uma breve observação: esta pesquisa não está sendo feita para que os livros didáticos sejam eliminados do contexto educacional, muito longe disso, ela traz a necessidade de um olhar sobre os discursos sobre trabalho apresentados neles – principalmente em relação aos Institutos Federais e seus cursos integrados; sabe-se que “quem sabe o mais, sabe o menos”, mas porque não dar o mais de maneira diferente.

O confronto aqui se estabelece porque com essa investigação encontramos três caminhos, ou teses, que estão sendo aglutinadas, mas que deveriam seguir cada qual com seu percurso, a dos discursos sobre trabalho nos IFs, a do ensino integrado dos IFs e a dos discursos sobre trabalho como Princípio Educativo nos editais do PNLD de EM de LEM e será nesta última discussão que prosseguiremos a investigação.

Enfim, a nossa discussão é sim -uma reflexão- que não tem a menor pretensão de ser majestosa, contudo ela se faz imprescindível, porque reflete sobre o lugar das escolas técnicas e seus próprios discursos sobre trabalho, principalmente no ensino de Línguas Estrangeiras pensando-se assim, também, no tripé: ciência, educação e tecnologia, amplamente reverberado por aqui.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004*. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec5154.pdf] Acesso em: 14 ago. 2017.
- BRASIL. *Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm] Acesso em: 27 jan. 2017.
- BRASIL. *Programa Nacional do Livro Didático*. Editais 2012-2015-2018. Disponível em: http://www.fnede.gov.br/programas/livro-didatico. Acesso em: 10 jun. 2017.
- BRASIL. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: MEC/Secretaria da Educação Média e Tecnológica, 1999.
- DIAS, Reinildes; JUCÁ, Leina; FARIA, Raquel. *High up 1,2,3*. Cotia, SP: Macmillan, 2013.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa* (Cedes). [online]. 2001, n.114, pp.197-223. http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009
- FISCHER, R. M. B. Foucault e o desejável conhecimento do sujeito. *Educação e Realidade*. v. 24, n. 1, p. 39 - 59, Jan./Jun. 1999.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.) *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- GIORGI, Maria Cristina. *Da Escola Técnica à Universidade Tecnológica: o lugar da educação de nível médio no Plano de Desenvolvimento Institucional do CEFET-RJ*. Tese. UFF. Rio de Janeiro, 2012.
- OSMAN, Soraya; ELIAS, Neide; REIS, Priscila; ISQUIERDO, Sonia; VALVERDE, Jenny. *Enlaces 1, 2, 3 – Español para jóvenes brasileños*. Cotia, São Paulo: Macmillan, 2013.
- ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. *ALEA*. v. 7, n. 2, p. 305 - 322, Jul./Dez. 2005.